



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL PRONERA**

FERNANDO DE OLIVEIRA

**O NÓ CRÍTICO ENTRE QUESTÃO AGRARIA E QUESTÃO SOCIAL NO SERVIÇO
SOCIAL**

MIRACEMA DO TOCANTINS - TO

2025

Fernando de Oliveira

O nó crítico entre questão agraria e questão social no Serviço Social

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus de Miracema para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social Pronera, sob a orientação da Professora Doutora Maria José Antunes da Silva.

Miracema do Tocantins, TO

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- O49n Oliviera, Fernando de.
 O nó crítico entre questão agrária e questão social no Serviço Social. /
 Fernando de Oliviera. – Miracema, TO, 2025.
 25 f.

 Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
 Universitário de Miracema - Curso de Serviço Social - Pronera, 2025.
 Orientadora : Maria José Antunes da Silva

 1. Questão Social. 2. Questão Agrária. 3. Serviço Social. 4. Luta de classe
 pela terra. I. Título

CDD 360

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FERNANDO DE OLIVEIRA

O NÓ CRÍTICO ENTRE QUESTÃO AGRÁRIA E QUESTÃO SOCIAL NO SERVIÇO
SOCIAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada à UFT –
Universidade Federal do Tocantins – Câmpus de
Miracema para obtenção do título de Bacharel em
Serviço Social Pronera, sob a orientação da Professora
Doutora Maria José Antunes da Silva.

Data da apresentação: 12/03/2025

Banca Examinadora:

Professora Doutora Maria José Antunes da Silva, Orientadora, UFT

Professora Doutora Josenice Ferreira dos Santos Araújo, Avaliadora, UFT

Professora Mestre Messias Vieira Barbosa, Avaliador Externo

Dedico esse trabalho ao meu tio Eduardo Salazar que me despertou a vontade de estudar. À minha mãe Delmair Salazar, pela foça de mulher preta, que me fez prosseguir!

Aos meus irmãos e meu padrasto, por terem me acompanhado nessa jornada e por pois sabia que de alguma forma estavam ali comigo. À minha avó que sempre perguntava quando eu terminaria, aos meus posso dizer conseguimos. Aos meus professores que me ajudaram a chegarem a esse momento, aos longos dos ensinos primários a esta graduação. Dedico de forma muito especial a todas (os) os professores da graduação em serviço social PRONERA, tiveram muita calma e paciência com migo! Ao Movimento Sem Terra, a vitória é nossa. A todos os amigos construídos ao decorrer desses anos da graduação. Aos mais novos amigos que posso chamarem de companheiros, Thâmbata Farias e Messias Pinheiro, por todo apoio e troca de conhecimento muito obrigado!

AGRADECIMENTOS

Ao fim desta jornada, olho para passado pensando no futuro.

Vejo tantas mãos que me guiaram, em cada passo, conduzindo-me, ao novo o inesperado, antes nunca pensado.

Aos professores, mestres e doutores do saber, que me ensinaram a crescer e a aprender, não tenho palavras para agradecer!

À família e amigos, meu porto seguro!

Que me deu força, carinho, depositando nesse menino a esperança de um dia escalar mais um degrau do aprendizado.

Aos amigos, companheiros de estrada, que em tantas lutas na roça ainda enxergaram algo que nem eu mesmo não imaginava! Vencemos, a classe trabalhadora está com mais um diploma em mãos.

Ao Eduardo Salazar, quem tenho imensa admiração, que me despertou a vontade de ler conhecer o mundo com vontade de contribuir para sua transformação os meus mais sinceros carinhos.

A senhora minha mãe Delmair Salazar todo respeito e admiração, posso dizer sim, vencemos o filho da preta, alcançou um lugar onde por muito tempo foi para poucos, não para o conjunto da classe trabalhadora!

Daniele, Fabio e Karlos Eduardo muito obrigado irmãos.

Ao movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra, berço de origem da construção do PRONERA, fica toda minha gratidão de seus ensinamentos desde a minha primeira participação as escolas estaduais curso básico a Latinão encontros e reuniões.

Professora Clivia Regina, Messias, Isabel, Cleide, muito obrigado por contribuírem para que eu pudesse chegar à universidade.

Agradeço aqui todo o conjunto do MST-TO na pessoa da Maria custodia e Messias vieira, muito obrigado.

A minhas professoras e (es) só a admiração, muito obrigado paciência aprendi muito e vou levar comigo na luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

De forma muito especial agradeço a minha orientadora de estágio Josenice Ferreira muito obrigada mesmo foi muita paciência mais muita entrega para que eu pudesse deixar esse espaço como uma pessoa apta a atuar nas diferentes esferas da expressão da questão social e com toda a competência que é atribuição do assistente social.,

Muito obrigado Michele, M^a Helena e todos os outros que se dedicaram ao nosso ensino aprendizagem *muchas gracias*.

Aos meus colegas de turmas muito abrigados, muito obrigado a todas outras graduações por vários momentos de aprendizados coletivos aos encontros as conversas individuais.

Muito obrigado as meninas *superpoderosas* e os meninos que no seu dia a dia lutam pela manutenção desse espaço do saber que acaba sem outra parte de nossa casa! Claudinha muito obrigado pelo carinho e o cheiro deixado em nossa eterna sala do Pronera. Duda brincalhona foram muitos cafés muito obrigadas, e com esses nomes que agradeço a todos vocês que se dedicam pela manutenção de nossa Warã.

Quem te dará A terra Se não forem Teus
braços? Quem te dará A terra Se não fores tu
Trabalhador do campo Que semeias Com suor
E sangue O silêncio Que geme na terra O teu
canto? Quem?

(Carlos Prinzato)

RESUMO

A pesquisa busca analisar a relação entre a questão agrária e a questão social no Brasil, compreendendo suas raízes históricas, suas expressões contemporâneas e as implicações para a atuação do assistente social no enfrentamento das desigualdades e na defesa dos direitos das populações do campo. Além disso, procura contextualizar a formação da estrutura agrária brasileira e sua vinculação ao modo de produção capitalista e à concentração fundiária; discutir a questão social como expressão das contradições entre capital e trabalho, articulando-a às desigualdades entre campo e cidade; e refletir sobre o papel do Serviço Social e dos movimentos sociais na luta pela democratização do acesso à terra e pela efetivação da reforma agrária no Brasil. O estudo fundamenta-se em pesquisa bibliográfica, a partir de uma abordagem crítico-dialética, buscando discutir o nexos histórico entre a questão agrária e a questão social como determinantes da realidade brasileira. Conclui-se que a questão agrária expressa múltiplas manifestações da questão social, refletindo as vivências da classe camponesa e a violação de direitos. Assim, evidencia-se que a questão agrária é uma particularidade da formação social brasileira e da luta de classes no capitalismo dependente, apresentando expressões específicas da questão social.

Palavras-chave: Questão Social. Questão Agrária.

ABSTRACT

This research aims to analyze the relationship between the agrarian issue and the social question in Brazil, understanding their historical roots, contemporary expressions, and implications for the social worker's practice in confronting inequalities and defending the rights of rural populations. Furthermore, it seeks to contextualize the formation of the Brazilian agrarian structure and its link to the capitalist mode of production and land concentration; to discuss the social question as an expression of the contradictions between capital and labor, relating it to the inequalities between rural and urban areas; and to reflect on the role of Social Work and social movements in the struggle for the democratization of access to land and the implementation of agrarian reform in Brazil. The study is based on bibliographical research, adopting a critical-dialectical approach to discuss the historical connection between the agrarian issue and the social question as determinants of Brazilian social reality. It concludes that the agrarian issue expresses multiple manifestations of the social question, reflecting the experiences of the peasant class and the violation of rights. Thus, it is evident that the agrarian issue represents a particular aspect of Brazil's social formation and class struggle within dependent capitalism, presenting specific expressions of the social question.

Keywords: Social Question. Agrarian Issue. Social Work.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	QUESTÃO AGRÁRIA, QUESTÃO SOCIAL E AS CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL	12
3	ALGUNS ELEMENTOS DAS RAÍZES AGRÁRIAS DA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL	15
4	A QUESTÃO AGRÁRIA E AS LUTAS DE CLASSE POR TERRA	19
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
	REFERÊNCIAS	24

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto de diversos debates e estudos desenvolvidos na disciplina de Projeto de Pesquisa, durante o curso de Serviço Social/PRONERA da Universidade Federal do Tocantins (UFT). A pesquisa busca analisar a relação entre a questão agrária e a questão social no Brasil, compreendendo suas raízes históricas, suas expressões contemporâneas e as implicações para a atuação do assistente social no enfrentamento das desigualdades e na defesa dos direitos das populações do campo. Além disso, procura contextualizar historicamente a formação da estrutura agrária brasileira e sua relação com o modo de produção capitalista e com a concentração fundiária; discutir a questão social como expressão das contradições entre capital e trabalho, articulando-a às desigualdades entre campo e cidade; e refletir sobre o papel do Serviço Social e dos movimentos sociais na luta pela democratização do acesso à terra e pela efetivação da reforma agrária no Brasil.

O desenvolvimento deste estudo foi motivado não apenas pelo debate acadêmico, mas também pela vivência e experiência do autor, enraizadas na dialética cotidiana da educação do campo. Trata-se de uma trajetória marcada pela convivência com a agricultura camponesa e pelas violações e negligências históricas aos direitos do homem do campo. Assim, este trabalho emerge também como um processo de recampanização e de auto-reconhecimento, pois compreender a luta pela terra é reconhecer-se enquanto sujeito histórico — ser social que constrói e é construído nas relações de produção e resistência. Como afirma Ploeg (2008, p. 26), esse processo pode ser observado, por exemplo, no influxo de populações urbanas que retornam à agricultura, movimento fortemente representado no Brasil pelo MST.

Acredita-se que esse processo é, sobretudo, uma forma de reconhecer-se enquanto sujeito da história — um sujeito que participa ativamente das transformações sociais, que luta, resiste e busca afirmar sua identidade camponesa. Portanto, este trabalho busca sistematizar não apenas a realidade teórica do trabalhador rural, mas também evidenciar sua condição de sujeito histórico, agente ativo e passivo na dinâmica crítica e dialética entre questão social e capitalismo.

A elaboração deste estudo exigiu uma volta ao passado, uma análise da conjuntura vivenciada pelo autor e sua família, que sempre enfrentaram as desigualdades presentes na questão agrária e na vida dos trabalhadores camponeses brasileiros, em suas diferentes particularidades e expressões da questão social.

Conforme aponta o Grupo de Estudos Agrários do MST (GEA), a reforma agrária clássica foi “sepultada” pela própria burguesia, ao adotar políticas neoliberais e submeter-se à

lógica da globalização capitalista, marcada pela supremacia do capital financeiro sobre o produtivo (Programa Agrário do MST, 2024). Essa postura de subserviência da burguesia brasileira ao capital internacional evidencia sua incapacidade de conduzir um projeto de desenvolvimento nacionalista e popular. Diante disso, os camponeses elaboram suas próprias propostas e estratégias de resistência, defendendo a Reforma Agrária Popular como alternativa construída “de baixo para cima”, protagonizada pelos sujeitos do campo na luta direta contra as elites agrárias e o latifúndio.

A Reforma Agrária Popular pode ser compreendida como um modelo que busca promover o desenvolvimento econômico, social, político e cultural do campo a partir de uma nova sociabilidade. Propõe-se uma produção sustentável, com respeito ao meio ambiente, e a construção de novas relações entre ser humano e natureza. Trata-se, portanto, de um projeto que reúne dimensões econômicas, políticas, ideológicas, ambientais e culturais, tendo como centralidade a democratização do acesso à terra e aos bens da natureza (Programa Agrário do MST, 2024).

Compreende-se que a questão agrária ainda é pouco debatida no âmbito do Serviço Social, embora seja um tema que acompanha a história do país desde a colonização. Assim, o presente estudo busca contribuir para o fortalecimento desse debate, ampliando as reflexões sobre a relação entre questão agrária e questão social, com base em seus fundamentos históricos, teóricos e metodológicos.

Esse processo também revela a reconstrução de uma identidade de luta e de uma memória sócio-histórica das famílias e sujeitos que enfrentaram a desterritorialização de suas origens e identidades. É uma realidade ainda vivida por muitos trabalhadores e trabalhadoras rurais no Brasil contemporâneo. Assim, esta pesquisa procura demonstrar o percurso sócio-histórico da política agrária, seus avanços e retrocessos diante do capitalismo e da questão social, reafirmando a busca por um campo bom para viver — um campo onde todos queiram permanecer.

Portanto, acredita-se que este trabalho possa gerar impactos positivos, contribuindo para a defesa dos direitos das populações do campo, das águas e das florestas. Busca-se, assim, promover práticas e reflexões que considerem as realidades e demandas específicas do meio rural, fortalecendo o debate sobre a questão agrária e reafirmando o compromisso do Serviço Social com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

2 QUESTÃO AGRÁRIA, QUESTÃO SOCIAL E AS CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL

A questão agrária e a Questão Social no Brasil estão profundamente ligadas, pois a questão agrária é um elemento central na particularidade da questão social brasileira. Martins (1981) e Júnior (1945) apontam que, a formação social e econômica brasileira tem suas raízes no modelo agrário colonial, como resultado de uma estrutura fundiária concentrada nas mãos de poucas pessoas, a exemplo as Sesmarias, que foi estabelecida por meio da lei D. Fernando I de 1.375 (DINIZ, 2005).

A questão agrária, portanto, não pode ser entendida como um problema isolado, mas como uma questão estrutural que define as condições de existência e reprodução das desigualdades sociais no país, como alerta, Cariaga e Burginsk (2020). Ambas apontam, que o dualismo do mundo agrário e urbano é utilizado para reforçar a ideia de espaços separados autônomos e opostos, identificando o primeiro como atrasado e o segundo como moderno, levando-nos aos equívocos constantes sobre esses dois “mundos”.

Portanto, são realidades que se complementam, pois os dois se interrelacionam e se interconectam, quando se estuda a questão social na particularidade brasileira. Reafirma Sant’Ana (2018) que o aprofundamento da questão agrária está diretamente ligado ao agravamento da questão urbana. os dois resultantes do desenvolvimento das relações sociais capitalista.

Para esse estudo, entende-se que a questão social se refere ao conjunto de desigualdades e injustiças que marcam a estrutura da sociedade no capitalismo, bem como, Iamamoto, (2015) indica, sendo, a partir da aproximação da teoria social crítica, caracterizado se pela “contradição entre capital e trabalho”. Essas desigualdades não se limitam ao acesso à renda ou ao consumo, mas envolvem uma série de outros fatores, como a ausência da efetivação das políticas públicas como: à educação, à saúde à terra, à moradia e aos direitos civis. Logo, a questão social está diretamente relacionada com as relações de território, classe, gênero e raça, exigindo-se uma análise profunda do contexto histórico e estrutural do país.

No que se refere aos aspectos históricos, aponta-se que o “descobrimento” no Brasil, definido como colonização pelo campo da antropologia/historiografia atrasada, nos deixou um rastro de sequelas ao período contemporâneo brasileiro, apontando uma delas o Complexo de Vira-Lata¹ (RODRIGUES,1993). Assim, dificultando o reconhecimento e fortalecimento de

¹ "Complexo de vira-latas" entendo eu a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo. Isto em todos os setores e, sobretudo, no futebol.

uma identidade a partir dos povos originários do país e com toda a sua diversidade presente no vasto território nacional.

Diante do percurso histórico do escravismo no Brasil, entende-se que, atualmente o trabalho assalariado, rural ou urbano pode ser compreendido como continuidade do mesmo, pois, as condições precárias de trabalho postam a esses sujeitos não provem o “mínimo” para sua subsistência. Salienta-se que, essa dinâmica emerge várias expressões da questão social, como, a falta de moradia decorrente das desigualdades de classe e econômica, agravando os impactos no acesso aos direitos sociais básicos nas relações sociais contemporâneas.

Nesse contexto, salienta-se que o debate sobre a questão agrária é primordial dentro do Serviço Social, uma vez que, tendo como elemento central as desigualdades sociais produzidas na relação capital e trabalho para os sujeitos que vivem e sobrevivem do trabalho no campo. Sendo, objeto de intervenção do assistente social enquanto profissional.

Marx (2008, p. 30), apresenta uma análise de que “tudo é construção social” considerando as categorias econômica-política, como abstração feitas das relações sociais transitórias e históricas, assim, reafirma-se as violências contra o povo do campo é uma manifestação da questão social brasileira. Portanto, para que ocorra o rompimento da lógica do capital é necessário a construção de uma sociedade emancipada sob outro modelo de produção que não seja o capitalista, mas, que promova a igualdade de classe, como apontam Sant’Ana (2018) e Iamamoto (2006).

Sant’Ana (2018) aborda uma reflexão teórica sobre a questão agrária ao situar as transformações agrárias dentro de um processo maior de estruturação da sociedade brasileira, analisando a concentração da terra e o papel dos grandes latifúndios. Destacando também a exploração das classes trabalhadoras rurais e os impactos das políticas agrárias que favorecem as elites agrárias. Ao mesmo tempo, compreende que a questão agrária não pode ser dissociada das relações de poder e da estrutura de classes no Brasil, enfatizando a necessidade de uma reforma agrária, tanto do ponto de vista de redistribuição de terras, quanto na melhoria das condições de vida e trabalho dos camponeses.

Iamamoto (2006), sobre a questão agrária é profundamente crítica, orientada pela compreensão de que as desigualdades no campo são uma expressão das contradições estruturais da sociedade brasileira. A mesma defende que a reforma agrária, além de ser uma questão de redistribuição de terras, deve ser entendida como parte de uma luta maior por justiça social e transformação das relações de classe. Para a mesma o Serviço Social, deve estar comprometido com o processo de transformação social, atuando ao lado dos

movimentos sociais e com uma postura crítica diante da estrutura que perpetua a desigualdade e a exploração no campo.

No que se refere a questão agrária, o Serviço Social no Brasil tem se posicionado de forma objetiva, contudo, sente-se a necessidade de debruçar-se mais sobre debate em relação à questão agrária, pois é uma particularidade da questão social brasileira (MORAIS; AZAR, 2022). Tendo em vista que, a profissão por meio do seu projeto ético político se mostra comprometido com a promoção da justiça social, e com a análise das desigualdades que marcam a sociedade é no caso do brasileiro com a questão agrária, pois, a mesma dá um contorno específico a questão social brasileira.

Portanto, pode-se dizer que a relação entre a questão agrária e a questão social no Brasil não se resume aos aspectos econômicos, ela envolve um conjunto de fatores, sendo eles sócio-histórico, político, social e cultural.

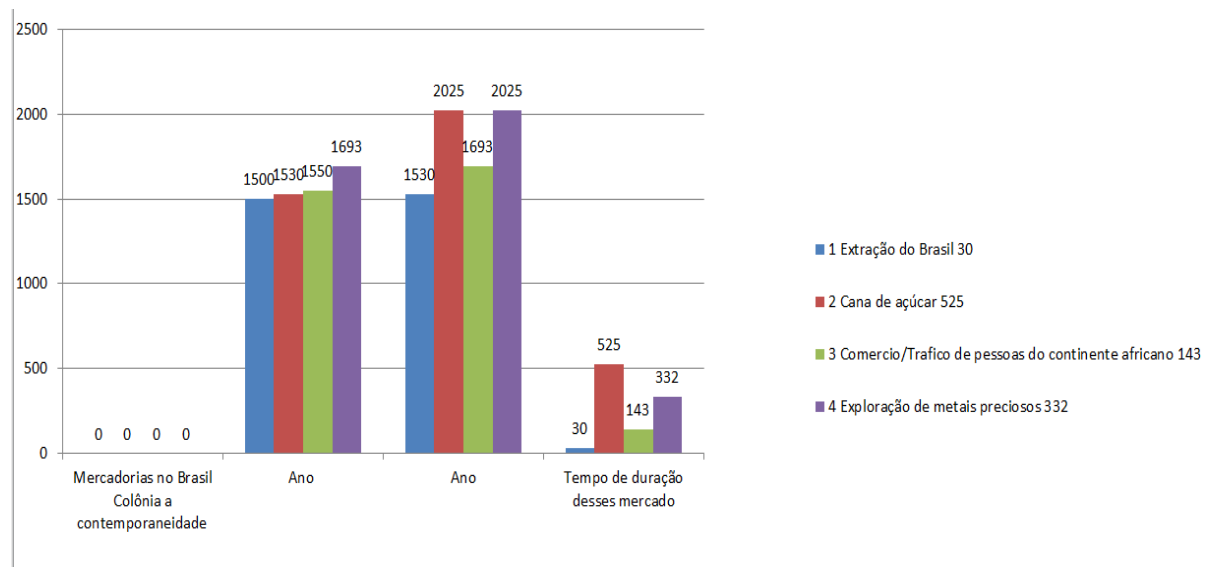
3 ALGUNS ELEMENTOS DAS RAÍZES AGRÁRIAS DA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL

O Brasil é um país de capitalismo dependente, produtor de bens primários da natureza. O modo de produção aqui instaurado ainda é fortemente enraizado diretamente na questão da terra, de base agrária e agro-mineral-exportador (commodities agrícolas e minerais) de produção de matéria prima para o mercado internacional. Diante dessa realidade entende-se que a problemática da reforma agrária se configura como um dos principais desafios para a construção de um modelo de justiça social no Brasil.

A questão agrária brasileira encontra-se no cerne da formação sócio histórica do país, e dessa forma constitui a base da questão social brasileira, além de suas particularidades, sendo uma das principais expressões da contraditória relação capital e trabalho. Assim, portanto, determinante nessa constituição, porém, existe a negação de sua importância enquanto categoria histórica vista tratar-se de uma discussão complexa, que conta com aspectos ideológicos, culturais e políticos. (MORAIS; AZAR, 2022, p. 2).

Para exemplificar o presente debate, destaca-se aqui, o que pode ser considerada como as primeiras mercadorias no contexto do Brasil colônia e que algumas se estendem até os dias atuais, conforme poderá ser observado no quadro 1 abaixo. Como essa relação, sempre esteve para atender uma demanda do mercado externo, a qual o Brasil desde sua ocupação esteve submetido e subordinado.

Gráfico 1 – mercadorias no brasil: colônia à contemporaneidade



Fonte: Elaboração própria: com base em Silva (2025), Sousa (2025), Magalhães (2025).

O Gráfico 1 apresenta a duração das principais atividades econômicas no Brasil desde o período colonial até a contemporaneidade. Sendo, entre 1500 a 1530 teve-se a exploração

do pau-brasil, enquanto a cultura da cana-de-açúcar teve início nos anos 1530 até os dias atuais (2025). Nos anos de 1550 até 1693 ocorreu o comércio intercontinental de pessoas africanas escravizadas. Já a exploração de metais preciosos iniciou-se em 1693 e permanece relevante.

O principal objetivo aqui é mostra a natureza das mercadorias nesse contexto histórico entre o Brasil Colônia (1500-1822) para os dias atuais, sendo, atualmente, encontram-se atrelado a uma dependência de mercado que se agravou com o avanço do modo de produção capitalista no o Brasil e em toda América do Sul ao decorrer dos anos, como países de capitalismo dependente, assim, consolidado pela divisão internacional do trabalho, pacto de produção de mercadorias, que teve em sua gênese o favorecimento as grandes potências industriais consolidadas globalmente, o que favoreceu as colônias a manutenção e sua existência como uma grande fazenda de produção de matéria prima de grãos, metais e mão-de-obra, que beneficiou as economias capitalistas.

Salienta-se que, Gorender (2016), na obra o Escravismo Colonial apresenta o sistema de *Plantation* (Plantagem), sendo esse o primeiro estágio de desenvolvimento do Brasil Colônia. Afirmado que o Brasil tem seu modo de produção baseado no trabalho escravo, monocultura e latifúndio. Portanto, o sistema de *Plantation* trata-se do primeiro estágio de desenvolvimento do Brasil Colônia, caracterizando pelo monocultivo, latifúndio e trabalho escravo, para atender um mercado externo a qual Portugal já estava vinculado. Esse modelo de desenvolvimento se inicia no Brasil, com exploração do pau-Brasil áreas de cultivo de cana-de-açúcar e posteriormente de café, que contribuiu para a configuração e formação de um modelo agrário voltado para a exportação e a concentração de riqueza, como já citado no gráfico acima.

Aponta-se ainda que. a Plantagem escravista colonial é uma organização econômica agrária, implantada no Brasil para atender uma demanda do Capitalismo Mercantil. Sua função primordial consiste em abastecer o mercado mundial, ou seja, não busca prover o consumo imediato para os consumidores local. Portanto, esse modelo de produção não oferece à Plantagem um mercado interno de dimensões compatíveis com sua produção especializada em grande escala, mas garante uma dependência do comercio externo como nos alerta (GORENDER, 2016).

Portanto, esse modelo foi reforçado durante o Império e a República brasileira possibilitando a elite agrária a manter sua influência política e econômica e tomada de decisões no Brasil. Aponta-se ainda que, conjunturalmente, durante esses períodos, conforme

dados do quadro acima, o Brasil viveu uma forte influência da nascente elite agrária, o que incidiu em um êxodo rural no período da República.

A questão agrária está intrinsecamente ligada à questão social no Brasil, no campo e na cidade, pois a concentração de terras e a desigualdade no campo é um reflexo que reproduz e aprofunda ainda mais as desigualdades sociais no país. A expropriação dos povos que vivem no campo corrobora para a precarização do trabalhador do campo e contribuem para o processo de marginalização social e dificultam a construção de uma sociedade justa e igualitária.

No artigo, *Expansão Capitalista e a Relação Questão Agrária na Formação Social Brasileira* de Cariaga e Burginski, (2020, p. 186) citam que, para haver relações capitalistas de produção fez-se necessário expropriar os trabalhadores de seus meios de produção, ou seja, os trabalhadores devem aparecer no mercado como "trabalhadores livres de toda a propriedade", exceto de sua força de trabalho.

Nesse contexto, Marx (2013) apresenta que:

A estrutura econômica da sociedade capitalista surgiu da estrutura econômica da sociedade feudal. A dissolução desta última liberou os elementos daquela. O produtor direto, o trabalhador, só pôde dispor de sua pessoa depois que deixou de estar acorrentado à gleba e de ser servo ou vassalo de outra pessoa. Para converter-se em livre vendedor de força de trabalho, que leva sua mercadoria a qualquer lugar onde haja mercado para ela, ele tinha, além disso, de emancipar-se do jugo das corporações, de seus regulamentos relativos a aprendizes e oficiais e das prescrições restritivas do trabalho. (MARX, 2013, p. 962).

O Brasil é um país com uma estrutura agrária muito desigual, o que reflete diretamente em sua questão social. Logo, reforça-se que a distribuição desigual da terra, que tem suas raízes na colonização, é um dos principais fatores que explicam a concentração de riqueza nas mãos de uma minoria, enquanto a grande massa popular é empurrada para a miséria.

A questão agrária, portanto, não pode ser vista como um problema isolado ou setorial, mas como um elemento central da questão social brasileira (SAT'ANA, 2012). No contexto do capitalismo brasileiro – tardio – a questão social está estritamente atrelada ao surgimento e agravamento da questão agrária, que se constitui uma das suas particularidades.

A concentração fundiária tem implicações profundas não apenas nas condições de vida das populações do campo, mas também nas relações sociais mais amplas, inchaço das cidades; no sistema de atendimento a saúde, educação e outros. A luta pela terra, pela reforma agrária, está diretamente ligada à luta por justiça social no Brasil. A distribuição da terra como a democratização do acesso aos recursos naturais é a garantia de condições dignas de vida

para as populações do campo é, e são fundamentais para a redução das desigualdades sociais e para a construção de uma sociedade mais justa e igual (GEA, 2024).

A concentração de terras tem um impacto significativo nas relações de classe no Brasil. Os grandes proprietários e os grupos empresariais/terra são historicamente a elite dominante no país e têm um controle (quase) absoluto sobre o poder político, econômico e social na sociedade brasileira (JÚNIOR, 1945). Esse controle é reforçado por uma série de políticas que os beneficiam a exemplo o “Plano Safra”, ou seja, abate suas dívidas, milionárias e empresta a juros negativos, como a presidente do Partido dos trabalhadores teve orgulho em dizer na Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, “perdoamos 80 milhões da dívida do Agronegócio brasileiro”. No ano de 2022 a renúncia fiscal da produção da soja somou ao menos R\$ 57 bilhões (BOURSCHEIT, 2023).

Portanto, a reforma agrária é uma questão central para a transformação dessas relações de poder e para a construção de uma sociedade mais justa e é um dos principais instrumentos de luta pela justiça social no Brasil. Ela visa não apenas a distribuição de terras, mas também a democratização do acesso à terra, aos recursos naturais e à promoção de um desenvolvimento sustentável inclusivo.

A reforma agrária é uma questão de direitos humanos, pois envolve, desde os direitos sociais básico da população, bem como, o direito de ter o acesso à terra, de viver na terra, com moradias dignas (GEA, 2024). Assim, no próximo tópico será abordado sobre a questão agrária e o processo das lutas de classe na busca pela garantia do acesso à terra, bem como, os desafios herdados do Estado Novo instaurado no Brasil na década de 1930.

4 A QUESTÃO AGRÁRIA E AS LUTAS DE CLASSE POR TERRA

Na década de 1930 no Brasil teve-se a *Revolução de 30*. Esse período remete a chegada de Getúlio Vargas ao poder e trouxe uma série de transformações políticas como descentralização do governo e possibilitou uma tentativa de reestruturação do meio rural. Neste momento, consolidou-se um modelo econômico voltado para a industrialização tanto industrial fabril como industrial agrário, no entanto, não alterou as desigualdades no campo, que continuou sendo a base de um sistema agrário excludente.

Com a vitória da Revolução de 1930, os tenentes e lideranças afins, agrupados no Clube 3 de Outubro, prepararam um documento denominado “Esboço do Programa de Reconstrução Política e Social do Brasil”. Neste programa, propunha-se a reforma agrária, com o Estado encarregado de reduzir ao mínimo todas as formas de latifúndio, especialmente os próximos ao litoral e às vias de transporte e comunicação. O cultivo da terra seria compulsório. Caso contrário, o Estado deveria transformar a área improdutiva em núcleos coloniais. A pequena propriedade rural seria estimulada através da transferência de lotes de terras cultiváveis aos trabalhadores rurais. As terras devolutas ilegalmente ocupadas reverteriam ao patrimônio público para serem utilizadas na colonização através de cooperativas. O programa propunha ainda a instituição de um imposto territorial rural progressivo, a criação de um tribunal de terras para a resolução de litígios referentes à propriedade, posse e exploração da terra e a extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores rurais. (BERCOVICI, 2020, p. 187).

Destaca-se ainda que, as medidas do “Estado Novo” que tratavam da questão agrária foram revogadas durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1946 como componentes do “entulho autoritário”. A consequência foi o abandono dos projetos de colonização e o avanço do latifúndio sobre as terras públicas. O Estado Novo procurou modernizar a agricultura, o que pode ser chamado de reestruturação conservadora das estruturas agrária brasileira, permanecendo assim concentração fundiária, sem a concretização da reforma agrária para os despossuídos da terra (BERCOVICI, 2020).

A década de 1960, com a intensificação da industrialização e a modernização do campo, trouxeram novos desafios para a questão agrária. A reforma agrária, que sempre esteve presente nas demandas dos trabalhadores rurais e dos movimentos sociais, foi marginalizada pelo governo militar com a ditadura-civil-industrial-militar, que assumiu o poder em 1964. Pode-se dizer que a concentração de terras e a exploração do trabalho rural se acentuaram nesse período tornando, a luta pela terra um crime contra o regime imposto pelos militares, levando à morte várias pessoas que lutavam pela terra e a extinção de movimentos sociais com essa bandeira/reinvindicação de luta como foi o caso das Ligas Camponesas que surgiu no Nordeste.

Já em 1980, o período pós-ditadura, foi marcado pelo processo de redemocratização do país, com a criação da Constituição Federal de 1988. Embora a constituição tenha estabelecido direitos fundamentais para os trabalhadores rurais e garantido a possibilidade de reforma agrária, ainda não foi capaz de modificar de forma substancial a estrutura fundiária do Brasil, como nos alerta os movimentos sociais que lutam pela democratização do acesso a terra no Brasil a exemplo o MST. Uma análise reafirmada por Iamamoto (2015), podendo ser considerada uma modernização conservadora, de modo que, o novo surge com desdobramento do velho, o moderno se construindo com herança histórica colonial.

Em se tratando de classe social, a sociedade brasileira é marcada pela coexistência de classes sociais extremamente polarizadas: uma classe dominante, composta por grandes proprietários de terra, industriais e grandes comerciantes e uma boa parte dos políticos, e a outra classe trabalhadora, composta por camponeses, trabalhadores urbanos e populações marginalizadas. Essa divisão de classes é reforçada por uma série de mecanismos que perpetuam a exclusão social, como a discriminação racial, a violência policial e as barreiras ao acesso a direitos (MARX, 2013).

A luta pela reforma agrária tem sido uma das principais bandeiras dos movimentos sociais no Brasil, especialmente a partir dos anos 1960, com o fortalecimento do movimento camponês e a organização de trabalhadores rurais em diversas regiões do país. Esse movimento tem buscado pressionar o Estado para que adote políticas públicas que favoreçam a redistribuição de terras e a melhoria das condições de vida no campo.

Conforme dados coletados nos anos de 1980 e 1981 pela Associação Brasileira de Reforma agrária, foram registrados 1.363, conflitos no país, o que contabilizava mais de um milhão e duzentas mil pessoas na disputa de mais de 40 mil hectares de terra (Martins, 1985). Nesse sentido, a reforma agrária tem um caráter profundamente social e político, pois está diretamente ligada à transformação das relações sociais no Brasil.

Contudo, a redistribuição das terras e o fortalecimento da agricultura familiar/camponesa são fundamentais para promover a inclusão social e reduzir as desigualdades econômicas e sociais no Brasil. Além disso, a reforma agrária-popular é essencial para a promoção da sustentabilidade ambiental, uma vez que a concentração fundiária e o agronegócio têm gerado graves impactos ambientais, como o desmatamento e a degradação do solo, desertificação, contaminação dos lençóis freáticos etc.

Portanto, a questão agrária em debate deve ser pensada como elemento central das desigualdades sociais, sendo, um grande desafio viver no campo, seja por falta de políticas voltada a permanência da vida no campo ou decorrente do agronegócio, mediante os conflitos

e suas políticas de expulsão. Percebe-se que a estrutura social agrária no Brasil até os dias atuais apresentou poucas mudanças (BERCOVICI, 2020). Logo, o debate dentro do Serviço Social é de suma importância, uma vez que a questão agrária é entendida como uma questão política e social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre a questão agrária e a questão social no Serviço Social é profundamente enraizada nas contradições estruturais do sistema capitalista, que historicamente marginaliza populações rurais e reforça desigualdades sociais.

A partir dos fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social, verificou-se que é possível analisar a questão agrária como uma expressão particular da questão social, demandando intervenções profissionais que considerem a totalidade das relações sociais. Como aponta Iamamoto (1998.), o trabalho do assistente social deve estar ancorado na crítica às estruturas de dominação e na defesa de projetos societários que promovam a emancipação humana.

No contexto agrário, isso implica reconhecer a luta pela reforma agrária, o acesso à terra e a garantia de políticas públicas como elementos centrais para a superação das desigualdades. A mediação profissional, portanto, deve se pautar pelo diálogo com os movimentos sociais do campo, pela defesa dos direitos humanos e pela construção de estratégias que enfrentem a exploração e a exclusão no meio rural.

A questão agrária no Brasil é uma problemática que atravessa diversos campos sociais, e no Serviço Social, destaca-se como tema de grande relevância, considerando o papel histórico da profissão na defesa dos direitos humanos e na luta por justiça social. A concentração fundiária, os conflitos no campo e a desigualdade de acesso à terra são reflexos de uma política agrária excludente que impacta diretamente as populações vulneráveis, especialmente camponeses, trabalhadores rurais e povos tradicionais.

Neste contexto, é crucial que o Serviço Social fortaleça o debate sobre a questão agrária, promovendo pensamento crítico dos profissionais e estudantes para os impactos dessas desigualdades, além de articular propostas de ação que visem seu enfrentamento. No intuito de informar a população, capacitar profissionais e estudantes de Serviço Social para atuarem com a questão agrária no Brasil, já que essa problemática é um desafio para a contemporaneidade da profissão.

E por fim, é fundamental fomentar o diálogo entre os movimentos sociais do campo e profissionais do Serviço Social, fortalecer a compreensão crítica e a articulação de políticas públicas e sociais para enfrentar essa problemática, estimulando a produção de trabalhos acadêmicos e intervenções práticas focadas na questão agrária, com ênfase na defesa de direitos e no combate às desigualdades das populações do campo. Bem como colocar na pauta do dia o debate sobre a questão agrária para que seja internalizado nas práticas profissionais

do Serviço Social, e que os assistentes sociais possam contribuir de maneira efetiva para a superação das desigualdades sociais existente no campo.

Portanto, os objetivos propostos nesse estudo foram alcançados, contudo, uma base para os estudos da questão agrária partindo do Serviço Social. Logo, foi possível identificar alguns desafios na permanência do campo, de modo que, para a população do campo viver e permanecer é necessária efetivação das políticas públicas voltadas para habitação rural. Uma permanência que propicie qualidade de vida e não “prisão” rural, pois, entende-se que viver não é a mesma coisa de sobreviver.

Conclui-se que um dos maiores desafios desse estudo foi encontrar referências sobre a questão agrária por autores do Serviço Social. De modo geral, existem muitos estudos sobre a questão agrária a partir de outros profissionais, bem como, alguns debates sobre a educação no campo, contudo, para esse estudo, tendo como objetivo o debate específico da questão agrária no Serviço Social ainda é um tema com pouca produção, se comparado com os mais “comuns” dentro do Serviço Social, como saúde e assistência. Assim, objetiva-se que o presente debate some para o referencial teórico da temática e estimule mais produções e discussões sobre a questão agrária como uma expressão da questão social para o Serviço Social brasileiro.

REFERÊNCIAS

- BERCOVICI, Gilberto. A questão agrária na Era Vargas (1930-1964). **História do Direito: RHD**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 183-226, jul.-dez. 2020.
- BOURSCHEIT, Aldem. Brasil deixa de arrecadar R\$ 57 bilhões anuais com isenção fiscal da soja. **O Eco**. 19 out. 2023. Disponível em: <http://eco.org.br>. Acesso em: [data de acesso].
- CARIAGA, M^a Helena; BURGINSKI, Vanda Micheli. **Expansão capitalista e a relação questão agrária e urbana na formação social brasileira**. 2020. Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/pV8OgX2xQ9GTajaznvDw-w/content/43-2018%20-%20PPC%20de%20Gradua%C3%A7%C3%A3o%20em%20Servi%C3%A7o%20Social%20-%20turma%20especial%20%C3%BAnica%20-%20PRONERA,%20C%C3%A2mpus%20de%20Miracema.pdf>. Acesso em: novembro de 2022.
- DINIZ, Mônica. **Sesmarias e posse de terras**: política fundiária para assegurar a colonização brasileira, 2005.
- PLOEG, Jan Douwe van der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, Paulo (org.). **Agriculturas familiares e campesinato**: tendências e perspectivas. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2008. p. 17–32.
- GORERNDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 6. ed. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016. 632 p.
- GEA - GRUPO DE ESTUDOS AGRÁRIOS. **Programa Agrário do MST**: Reforma Agrária Popular. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2024.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **Trabalho e indivíduo social**: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social Na Contemporaneidade**: Trabalho e formação profissional, 1998.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MARX, Karl. **Miséria da filosofia**. Tradução de Torrieri Guimarães. Prefácio e notas de Jean Kessler. São Paulo: Martin Claret, 2008. (Coleção A Obra-Prima de Cada Autor, 258).
- MORAIS, Ana Clea Paiva; AZAR, Zaira Sabry. **A relação questão agrária e serviço social**: uma abordagem a partir do ENPESS. Eixo temático: Questões Agrária, Urbana, Ambiental e

Serviço Social. 2022. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/00641.pdf>. Acessado em: 10 de outubro de 2024.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Programa Agrário do MST: Reforma Agrária Popular**. Grupo de Estudos Agrários (GEA). São Paulo: MST, 2024. Disponível em: <https://mst.org.br>. Acesso em: 8 out. 2025.

MAGLHÃES, Tiago Luís. **Minas Gerais E O Século Do Ouro Antecedentes Da Descoberta Do Ouro**. Disponível em: <https://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/asminasgeraiseoseculodoouro.pdf>. Acesso em 15 de outubro de 2024.

Marx, Karl. **O Capital: Crítica da Economia política**. LIVRO I: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

JÚNIOR, Caio Prado. **História econômica do Brasil**. Digitalização: Argo.1945 Disponível em: <http://www.portaldocriador.org/>. 1945.

RODRIGUES, Nelson. **À sombra das chuteiras imortais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 51-52.

SANT'ANA, Raquel Santos; MASSON, Gabriela Abrahão. **Serviço social e questão agrária: um debate necessário ao fortalecimento da direção crítica do projeto ético-político-profissional**. Serv. Soc. Rev., Londrina, v. 21, n. 1, p. 195-216, jul./dez. 2018.

SANT'ANA, Ilma Ferreira. **Questão agrária e questão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Daniel Neves. **Escravidão no Brasil**. 2025. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/escravida-no-brasil.htm>. Acesso em 17 de janeiro 2025.

SILVA, Rainer Gonçalves. **Apogeu e Crise do Açúcar**. 2025. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/apogeu-acucar.htm>. Acesso em 17 de janeiro 2025.

SILVA, Daniel Neves. **Pau-Brasil**. 2025. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/pau-brasil.htm>. Acesso em 17 de janeiro 2025.